



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por ”

DECISÃO OGE/LAI n.º 001/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, número SIC em epígrafe, no qual se solicita cópia dos Processos de Oferecimento Interno da FATEC Indaiatuba, relacionados aos Editais 27, 29 e 31, datados de 17 de novembro de 2015.
2. O ente demandado encaminhou documentação referente aos Editais mencionados. Insatisfeito, em recurso hierárquico, o interessado insistiu no fornecimento de memorial circunstanciado, sendo o recurso indeferido, por entender satisfeita a solicitação. Contudo, houve interposição de recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme estipulado pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a se manifestar sobre a possibilidade de fornecer vistas dos expedientes, o CEETEPS esclareceu não existir procedimento formalmente constituído para o oferecimento interno de aulas, bem como indicou que o memorial descritivo, citado pelo recorrente, é substituído pelo *Curriculum Lattes* dos candidatos, os quais foram encaminhados ao interessado (fls.38/41).
4. Analisando-se o feito, constata-se que a decisão recorrida não merece reparos. A Lei n. 12.527/2011, ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, determinou a entrega imediata, mediante solicitação, das *informações disponíveis*, nos termos do artigo 11. No caso concreto, segundo as manifestações oficiais, não há utilização de memorial circunstanciado no processo seletivo, usando-se para a mesma finalidade os currículos dos candidatos, os quais foram disponibilizados na íntegra.
5. Não há que se falar, portanto, em negativa de acesso à informação, uma vez ter sido atendido plenamente o disposto no artigo 11 da Lei de Acesso a Informação, concedendo-se acesso a todas as informações disponíveis a respeito dos editais mencionados na demanda.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Saliente-se que a assertiva do recorrente sobre suposta prática de irregularidades por parte dos Coordenadores dos Cursos extrapola o âmbito da transparência tutelada neste expediente, conforme bem ilustra entendimento externado pela Controladoria Geral da União, registrando que *"A Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato"*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
7. Diante do exposto, tendo em vista que as informações solicitadas, existentes e já produzidas, foram devidamente cedidas pelo ente demandado e acessadas pelo interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, restando ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de janeiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO